

ACTA N.º 009/2006

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS

UM - INTRODUÇÃO

Aos doze dias do mês de Abril de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pela hora designada, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, para além do Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, os Vereadores Srs. Maria Manuela Melo Pinheiro Antunes, Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Nuno Carlos Santos e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Maria da Conceição Freire Rito, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve. -----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. **Inventário e Aumento da Conta 51-Património.**
2. **Prestação de Contas do Exercício de 2005**
3. **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício De 2005**
(ponto 3.1. do Relatório de Gestão).

VOTO DE PESAR

A Câmara deliberou por unanimidade, (sete votos) expressar em acta, o seguinte Voto de Pesar:

“Confrontados com a noticia da morte do ex-Vereador e ex-membro da Assembleia Municipal, Sérgio Ferreira da Costa, a Câmara, de uma forma expontânea, deliberou expressar à sua viúva e restantes familiares, o mais profundo voto de pesar pelo seu falecimento.

Desde jovem a acompanhar e a participar activamente na vida politica do seu Concelho, soube sempre dignificar essa mesma actividade voluntária e solidária numa postura de grande respeito por todos os elementos democraticamente envolvidos, sobressaindo sempre nos seus contactos ou intervenções, uma natural capacidade de comunicação, geradora de empatias”.

INVENTÁRIO E AUMENTO DA CONTA 51-PATRIMÓNIO

PRESTACÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2005 E APLICACÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2005

Foram presentes, para análise e eventual aprovação, o Inventário e os documentos de Prestação de Contas do Município do exercício de 2005, elaborados nos termos do Decreto-Lei 54-A199 de 22-02-99, com a sua redacção actual, dando assim cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

Após demorada análise, a Câmara procedeu à votação dos documentos apreciados, pela seguinte ordem:

1 - Inventário (c/ aumento da conta 51 — Património, no total de € 25.886.854,32, proveniente das regularizações ao inventário dos Bens do Imobilizado): sete votos favoráveis, do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Mota, Maria Manuela Pinheiro, Nuno Santos e Carlos Tomé.

2 - Prestação de Contas e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2005: cinco votos a favor, do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Maria Manuela Pinheiro e Mário Mota e dois votos contra dos Vereadores Srs. Nuno Santos e Carlos Tomé.

Os documentos em epígrafe serão remetidos à Assembleia Municipal, para os fins consignados na al. c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

Acerca desta votação, foram feitas as seguintes declarações de voto:

O Sr. Presidente da Câmara, apresentou a seguinte declaração de voto dos autarcas do Partido Socialista:

“Houve Obra

O ano de 2005 ficará marcado na história do nosso município, não só como o ano da construção de equipamentos sociais, educativos e desportivos mas, acima de tudo, porque 2005 foi o culminar da possibilidade da captação de apoios financeiros comunitários que nos permitiram concretizar tais obras. De resto, o novo quadro comunitário que se aproxima para o período de 2007 a 2013 — QREN — vem comprovar inequivocamente que, ou se faziam este tipo de investimentos nos quadros comunitários anteriores, ou jamais seriam possíveis com recursos a verbas da União Europeia.

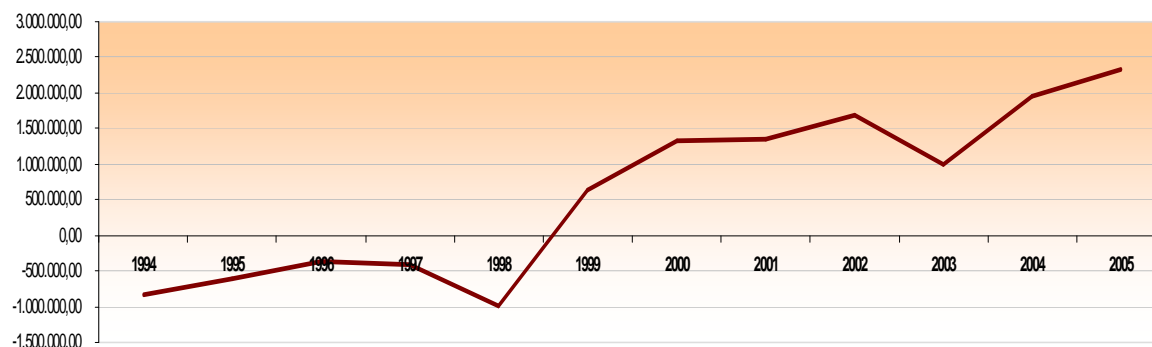
Piscinas Municipais, Teatro Virgínia, Palácio dos Desportos, Biblioteca Municipal, Jardim de Infância de Riachos e o próprio Canil, seriam obras impensáveis para o próximo Quadro Comunitário de Apoio — QREN — pelo que as candidaturas efectuadas para aquelas foram a última oportunidade e o município torrejano aproveitou-a. E bem.

O esforço financeiro proveniente do que atrás se referenciou, agravado pela crise financeira do próprio Estado que, para equilíbrio financeiro global, impôs restrições diversas aos municípios, como a Lei do Orçamento de Estado para 2005 (Lei 55-B/2004 de 30 de Dezembro), designadamente no referente ao endividamento bancário, o incumprimento da Lei das Finanças Locais e ainda as novas delegações de competências para os municípios, veio reflectir-se óbvia e negativamente na redução da liquidez geral dos municípios portugueses e o nosso não fugiu à regra.

Em todo o caso, é fundamental realçar dois aspectos determinantes da Conta de Gerência do ano de 2005:

- Para além de um saldo positivo de 2.231.298 euros da Conta de Gerência, é ainda de maior realce o facto da poupança no município ser cada vez mais consistente. Longe vão os tempos em que se retirava dinheiro ao investimento para fazer face às despesas correntes. Hoje, a situação é inversa e a poupança de 2005, sendo a maior de sempre, atingiu o valor de 2.338.272 euros que veio reforçar as verbas para o investimento nas obras. O gráfico que segue evidencia bem a evolução da Poupança Corrente da Câmara.

POUPANÇA CORRENTE 1994 - 2005



A dívida global do Município em finais de 2004 era de 22.594.087,50 euros. O investimento feito no Palácio dos Desportos, Piscinas Municipais, Teatro Virgínia, Biblioteca Municipal, Jardim de Infância de Riachos e Canil Municipal, com recursos aos apoios comunitários totalizará, quando todas concluídas, o valor de 12.862.762,91 euros. Deste montante, o município suportou 6.267.873 euros para que as candidaturas fossem viáveis e as obras realizáveis. A dívida global a 31/12/05 regista o valor de 31.283.021,78 euros que equivale a um aumento de 8.688.934,28 euros. Deste montante, que provoca o aumento significativo da dívida, 72% têm a ver com os investimentos atrás referidos. Poder-se-á afirmar, sem grandes margens de dúvidas, que a dívida municipal não teria grande alteração em 2005, se o município não tem avançado com os investimentos referenciados.

Apesar de tudo, parece-nos que foi preferível viabilizar esses novos equipamentos. A tudo isto é importante juntar o montante de cinco milhões e setecentos mil euros de obras executadas, também em 2005, sem qualquer tipo de apoio comunitário, nomeadamente a recuperação de vias, melhoramentos significativos em estradas municipais e aglomerados urbanos do nosso concelho.

O impacto da dívida no município destas obras de pavimentação, bem como dos equipamentos atrás referenciados não anda longe dos 12 milhões de euros — 2 milhões e 400 mil contos — ficando só por esta via, mais do que justificada, a evolução da

dívida do município. Por outro lado, os valores do património do município duplicaram nos últimos 3 anos, passando de um valor de 41.760.511 euros para 82.846.790 euros, o que não deixa de ser significativo e relevante.

Por tudo isto e também porque houve mérito na captação de apoios comunitários para o nosso concelho, os eleitos do PS votam favoravelmente as contas.”

Vereador Sr. Nuno Santos:

“Gostaria de realçar a excelência do trabalho apresentado pelos serviços, relativamente aos documentos que sustentam este Relatório de Prestação de Contas, os quais permitiram analisar mais pormenorizadamente as contas do Município, do ano de 2005.

Para o PSD, os documentos que a sustentam, vieram confirmar o que já havíamos afirmado durante a campanha eleitoral, e aliás, confirmado pelo Partido Socialista em conferência de imprensa a algumas semanas atrás, ou seja, financeiramente encontramos-nos em situação extremamente difícil.

O Quadro Comunitário de Apoio chega ao fim, durante o qual a opção do executivo foi realizar investimento, gastar, sem a mínima preocupação em como iremos sustentabilizar o nosso Futuro.

A conjuntura económica Nacional é preocupante desde há alguns anos a esta parte, facto que não impediu o executivo do PS, contrariamente ao desígnio Nacional cujo apanágio é a contenção, de optar precisamente pelo contrário, gastar.

Invocar como justificação para tal, o facto de aproveitar ao máximo os apoios então existentes, seria aceitável ou pelo menos discutível, se para além do endividamento directo proveniente desses investimentos comparticipados pela União Europeia e o Estado Português, tivesse havido o cuidado de conter os gastos noutras áreas de gestão corrente.

Foi-nos a todos apresentada uma imagem de uma Autarquia abastada, e de recursos ilimitados.

O resultado é o apresentado nestes documentos que sustentam a Prestação de Contas, que demonstram o que era inevitável ao seguir esta política preconizada pelo PS, não há mais dinheiro, e não se vislumbram formas de aumentar e captar novas receitas, para fazer face aos encargos existentes e os assumidos para os próximos anos.

Analisando os dados económicos, realça desde logo os valores da Execução da Receita, em que para um valor previsto de 57.116.713,67 Euros, foram executados 25.305.325,18 Euros, ou seja, 44,30% do apresentado em Orçamento. Na receita Corrente, foi o ano de 2005, o de mais baixo valor de execução 73,6%, quando comparado com os 3 anos anteriores, o que para tal seja apresentada como justificação, o facto derivado da crise económica, teremos que forçosamente pensar como serão os anos vindouros e de que modo se poderá inverter a situação.

Na receita de capital, a execução da mesma, cerca de 25%, ficou muito aquém do previsto (15.810.742,00 Euros), com a receita proveniente da Venda de Bens da Autarquia — Imóveis - (23.474,76 Euros), a atingir o valor mais baixo dos últimos 4 anos, 0,1%.

Analisando o Saldo Corrente, são apresentados valores positivos de 2.338.272,39 Euros, resultado de uma maior Receita Corrente comparativamente com a Despesa Corrente. Curiosamente, não aparece neste documento o Saldo da Conta Capital, o qual apresenta um valor negativo de 2.573.724,60 Euros, ou seja, o Balanço do Saldo Corrente quando comparado com o Saldo da Conta Capital, já é negativo.

Durante 2005 tivemos 53 Alterações de Orçamento (em média 2 por reunião de Câmara), 30 alterações ao PPI e 20 ao PAM, mais 2 Revisões de Orçamento, 3 revisões ao PPI e 4 revisões ao PAM, o que parece-nos demasiadas alterações e revisões, o que só demonstra pouco rigor na elaboração dos Documentos.

A capacidade de endividamento da Autarquia é **zero**. O passivo anunciado, é superior a 31.000.000,00 Euros, dos quais, mais de metade a curto prazo, tendo este duplicado em um ano.

O Quadro de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, revela-nos mais um dado preocupante, os compromissos por pagar em Dezembro de 2005 por parte da Autarquia, são de cerca de 19.000.000,00 Euros, muitos dos quais relativos a obras há muito concluídas como o Jardim da Silvã e parte do Jardim das Rosas, só para referir alguns exemplos. Também de referir os mais de 500.000,00 Euros devidos á Segurança Social.

Quanto será o passivo na realidade, 31 Milhões ou 50 Milhões?

Registamos um aumento muito ténue da receita Corrente, receita muito importante para o Futuro desta Autarquia, até porque poderemos correr o risco de rapidamente a despesa corrente ser superior á receita, associado a uma receita de capital muito aquém do previsto e já inferior á despesa de capital. A diferença de Saldo Corrente e Saldo Capital apresentou já no ano transacto, como referido, valores negativos.

Como será o Futuro?

Orçamento de receita executado, cerca de 25.000.000,00 Euros, passivo de 31 Milhões de Euros, dos quais mais de 15 Milhões a curto prazo, associado a 19 Milhões de Euros de compromissos por pagar e uma despesa corrente de mais de 14 Milhões, e com tendência a crescer, como será o Futuro?

Desta forma entendemos que o nosso sentido de voto deve ser contra a aprovação desta Prestação de Contas, que reflecte a má gestão efectuada pelo PS á frente do executivo da Autarquia, e que condicionará, a manter-se o actual modelo de gestão, as opções a tomar futuramente.

Em modo de reflexão e de sinal de alerta, referir que temos muito próximo um novo Quadro de Apoio, QREN, por ventura o último, cujos apoios estão direccionados para 3 eixos principais, Competitividade, Educação e Ambiente.

Baseiam-se os apoios numa perspectiva de Desenvolvimento Regional e Cooperação Institucional. Estaremos preparados para conseguir captar alguns benefícios? Olhando friamente para a situação financeira actual da Autarquia, direi que

com a manifesta incapacidade de gerar receitas, não conseguiremos tirar proveito do QREN, já que os Investimentos terão necessariamente que serem rentáveis e geradores de receitas.

Será muito negativo se tal acontecer, mas o desafio passa por internamente definirmos o que queremos para o nosso Concelho e sabermos inverter este cenário. Podemos ser competitivos em que sectores? Como está a nossa política de Educação? O Ambiente, como está o saneamento, a preservação dos recursos Naturais, a educação Ambiental! O Desenvolvimento Empresarial, onde estão as grandes empresas anunciadas, os grandes investimentos previstos!

É pois esta reflexão profunda que teremos que fazer e muito rapidamente, por forma a estarmos preparados para o início de um novo ciclo de apoios, muito mais difíceis de obter, mas também muito mais vantajosos em áreas fundamentais e estruturantes, se os conseguirmos captar para o nosso concelho. É tempo de se planear com rigor, sustentabilizar os Investimentos, e definir qual o rumo que pretendemos para o futuro do nosso concelho, sem megalomanias.

O PSD, como partido político e de responsabilidade, disponibiliza-se desde já para colaborar neste trabalho árduo e difícil, mas que a todos interessa e a todos deverá servir”.

Vereador Sr. Carlos Tomé:

“A Prestação de Contas relativa ao ano de 2005 merece-me os seguintes comentários:

Em primeiro lugar deve referir-se que se trata de um documento bem elaborado, bem organizado, com bastantes elementos informativos, dados comparativos e outros aspectos dignos de relevo pois são fundamentais para uma correcta apreciação da gestão municipal. Será porventura o documento de gestão melhor elaborado dos últimos anos. Este é um aspecto positivo que importa realçar, mas é apenas um aspecto de ordem formal e não substancial porque este documento retrata fielmente os e s, os vícios e os caminhos errados que estão a ser trilhados pelo município.

Importa também referir que a análise da Prestação de Contas está directamente relacionada com os documentos de previsão. Isto é, a Câmara aprovou para 2005 as GOP - Grandes Opções do Plano, o PPI - Plano Plurianual de Investimentos, o PAM - Plano de Actividades Municipal e o Orçamento, que definem toda a gestão municipal para esse ano. E a Prestação de Contas averigua a realidade da gestão os índices de realização do previsto, os desvios entre o orçamentado e o concretizado, os verdadeiros resultados concretos da gestão.

E nesta matéria o que se verifica é que a execução concretizada em 2005 ficou muito abaixo das previsões e muito aquém de índices razoáveis e aceitáveis.

1. Execução das Grandes Opções do Plano

Da análise da execução das GOP verifica-se que apenas foram realizados 33,87% dos objectivos definidos naquele documento de gestão e 25,68% dos objectivos propostos a médio prazo (para 4 anos). Ora, tais índices de realização são absolutamente inaceitáveis e transformam aquele documento de previsão em algo irrealista.

Para se verificar os reduzidos índices de realização e tomando como referência alguns dos sectores mais importantes de intervenção municipal, basta referir que relativamente ao ano de 2005 apenas se realizou 47,73% do previsto na Educação, 18,73% no Ordenamento do Território, 36,18% no Saneamento, 43,37% no Abastecimento de Água, 22,16% na Protecção do Meio Ambiente, 38,30% na Cultura e Desporto. E se analisarmos os dados referentes ao período de 2002 a 2005 então estes valores são ainda mais reduzidos, ficando ainda mais a nu o falhanço das previsões.

2. Execução do PPI - Plano Plurianual de Investimentos.

A execução global do PPI ficou-se pelos 26,49% do previsto, o que diz tudo quanto à gestão concretizada em 2005.

Tomando como referência os mesmos sectores de intervenção verificamos, que se realizou apenas 43,30% do previsto na Educação, 12,96% no Ordenamento do Território, 35,42% no Saneamento, 38,93% no Abastecimento de Água, 14,86% na Protecção do Meio Ambiente, 35,32% na Cultura e Desporto.

Ora estes valores significam um coeficiente de realização muito reduzido, sendo aliás o segundo mais baixo desde 1999, tendo sido investidos apenas 8.833.172 € de um orçamento com a dotação inicial de 32.567.460 €, o que dá a noção de grandeza da absoluta discrepância entre o investimento previsto e o efectivamente concretizado.

Daí que se possa qualificar o PPI como um imenso rol de promessas e de carências do município mas cujas obras e objectivos não são concretizados e arrastam-se penosamente de ano para ano.

Assim, verifica-se que não existiu um investimento sério e profundo nestes sectores que são verdadeiramente importantes para um desenvolvimento equilibrado do município. Mais uma vez o desenvolvimento do concelho foi adiado.

3. Gestão orçamental

Ao nível da gestão orçamental, isto é no que se refere ao cumprimento do previsto no orçamento para 2005, o panorama é de igual modo negro.

Diga-se desde logo, que foram realizadas durante o ano 53 alterações ao Orçamento e 2 revisões, 35 alterações ao PPI e 3 revisões, 30 alterações ao PAM e 4 revisões. Esta enorme quantidade de alterações e revisões, que bateu todos os recordes nesta matéria, é desde logo demonstrativa da falta de credibilidade e de rigor que, infelizmente, estes documentos de gestão fundamentais para o município apresentam. A falta de rigor, o irrealismo, o exagerado empolamento das receitas e as apostas estratégicas erradas de gestão são de tal modo flagrantes que a mera análise sucinta de alguns valores dá-nos de imediato a noção da grandeza dos erros.

3.1 Orçamento da Receita

No Orçamento para 2005 a Câmara fez inserir o montante de 57.116.713 € como sendo o montante de receitas a arrecadar durante esse ano. No entanto, esse valor era perfeitamente irrealista - como aliás tive ocasião de salientar na ocasião da discussão deste documento — pois apenas se arrecadaram 25.305.325 €, o que significa 44,30 € do previsto. Mais uma vez se verifica que as verbas inscritas no Orçamento eram absolutamente irrealistas, tendo as receitas sido elevadas a níveis inimagináveis, como

agora se comprova. Para se perceber a grandeza dos desvios, basta referir apenas se receberam 25% das receitas de capital previstas, sendo que neste sector mantém-se como absolutamente caricato o constante recurso à perspectiva da venda de terrenos que nunca se concretiza. Neste ano previram-se 13.857.312 € de receitas com a venda de terrenos mas não se recebeu um único cêntimo. Aliás na rubrica Venda de Bens de Investimento estavam previstos mais de 15 milhões de euros e apenas se arrecadaram pouco mais de 23 mil euros, o que significa 0,10% do orçamentado. Claro que se trata de uma estratégia de gestão completamente errada que tem vindo a ser seguida desde há vários anos e que provoca consequências negativas na gestão do município e na sua actividade diária.

Aliás, é o próprio documento da Prestação de Contas a reconhecer o erro de gestão quando afirma (na pág. 41) que *“No ano a capacidade de execução da receita aumentou ligeiramente face ao ano anterior, sem contudo atingir níveis considerados razoáveis. Permanece como elemento explicativo a incapacidade prática, já exposta em gerências anteriores, de sustentar a política de alienação do património preconizada pela autarquia.”*

Importa a este respeito esclarecer que quando se diz que a capacidade de execução da receita aumentou ligeiramente significa dizer que passou de 19,9% de 2004 para 25% de 2005, mas que em 2002 foi de 32,3% e em 2003 foi de 32,8%, o que são sempre valores muito reduzidos em qualquer um dos anos deste mandato.

Este panorama absolutamente negro mostra de forma evidente o autêntico falhanço da gestão municipal em 2005, com as consequências óbvias de não poder haver investimento nem obra, em resulta da escassez de receitas. Deste modo se toma evidente que as sempre mirabolantes receitas inscritas nos orçamentos mais não são que números abstractos com o objectivo de equilibrar o Orçamento, transformando-o num documento de gestão irrealista e falho de rigor e qualificando essa gestão do mesmo modo.

Bastavam estes dados relativos aos enormes desvios no orçamento da receita para se concluir deste modo e para inviabilizar qualquer veleidade de aprovar uma gestão com estes contornos de tal gravidade que compromete deveras o futuro do município.

3.2 Orçamento da Despesa

3.2.1 Despesa de Capital

No que se refere à despesa de capital verificamos que esta se situa apenas em 29,5% do previsto, sendo que a aquisição de bens de capital, que pode ser considerado o investimento municipal, fica-se pelos 26,5% do previsto, como já se deixou referido na análise ao PPI. Tal situação é inaceitável, pois de uma previsão de 36.725.271 € apenas se concretizaram 10.850.184 €, o que consiste em más um falhanço da actual gestão municipal.

Claro que os grandes problemas com a despesa de capital resultam da *“incapacidade prática de proceder prática de proceder à alienação de património preconizado pela autarquia, nos documentos de gestão estratégica”* como o próprio documento conclui na sua página 45.

3.2.2 Despesa Corrente

No que se refere à despesa corrente, que se pode considerar como sendo a despesa não produtiva, o que se verifica é que se mantém a tendência crescente no período de 2002-2005, o que é também um dado negativo.

Neste sector a despesa com pessoal teve um acréscimo, passando de uma participação relativa de 44% do total da Despesa Corrente para 45,7% e teve um aumento em relação ao ano de 2004 de 4,2%, o que se deve essencialmente ao facto de terem entrado para a Câmara mais 76 funcionários só no ano de 2005, o que é de facto um autêntico exagero. A Câmara tinha 434 funcionários em 2004 e em 2005 passou a ter 510. Destas 76 admissões, 32 são técnicos, técnicos superiores e técnicos profissionais, 2 são administrativos, 8 são operários e 31 são auxiliares.

A Câmara mantém uma gestão essencialmente despesista, sem que se c9phea qualquer estratégia de inversão desta tendência. A Câmara continua a viver muit9/acima das suas possibilidades, em resultado de orientações políticas e estratégicas desajustadas da realidade.

4. A Dívida

Os elementos relativos à dívida são muito preocupantes pela grandeza dos valores em causa e pela tendência de crescimento que apresenta. Com efeito, a dívida global é de 31.283.021 € tendo verificado um aumento de 38,4% relativamente ao ano de 2004, sendo certo que a dívida de curto prazo aumentou 93,8%. Ora, estes valores são muito elevados e por isso constituem uma situação muito preocupante para a gestão municipal, uma vez que capacidade de endividamento é de 0. A gravidade da situação financeira do município parece não ser assumida na sua verdadeira dimensão, uma vez que se omite a definição de uma estratégia profunda, séria e coerente de combate ao défice.

Apenas como curiosidade assinale-se que estes elementos já haviam sido divulgados há cerca um mês pela CDU numa conferência de imprensa.

5. A contabilidade de custos

Por último o documento de Prestação de Contas apresenta alguns elementos de contabilidade de custos relativos a alguns sectores da actividade municipal.

Pela sua inquestionável importância, tais elementos deverão ser tomados em consideração, inclusivamente para posterior análise, discussão e tomada de medidas.

Com efeito os resultados de exploração dos serviços de drenagem de águas residuais (esgotos), da recolha de resíduos sólidos e dos TUT são negativos, o que é preocupante pela grandeza dos números e pela tendência de crescimento que apresentam.

No serviço de esgotos, o resultado negativo passou de 59.286 € em 2004 para 837.515 € em 2005, o que constitui um aumento de 1312%. Este aumento é absolutamente impressionante, tornando a situação muito preocupante e a necessitar de

medidas urgentes. Também no sector da recolha do lixo se verificou um aumento do défice que passou de 459.504 € em 2004 para 661.279 € em 2005, o que traduz um aumento de 43,91%.

Nos TUT o resultado de exploração também é negativo, da ordem dos 57.014 €, embora tenha sido reduzido de 2004 para 2005, mas o seu valor triplicou relativamente ao défice registado em 2003.

Todos estes sectores necessitam de ser analisados com profundidade e estudadas as medidas a tomar para reduzir os acentuados e permanentes défices de exploração, nunca perdendo de vista, no entanto, o facto de serem e deverem continuar a ser sectores de cariz social.

Por outro lado, merecem também atenção particular os resultados negativos de exploração dos equipamentos municipais, (Bibliotecas, Teatro Virgínia, Palácio dos Desportos, Pavilhões gimnodesportivos de Riachos e Torres Novas e Estádio Municipal) não perdendo também de vista que são equipamentos de cariz social que se destinam a satisfazer as necessidades da população.

Mas os valores dos resultados de exploração são de tal monta que não podem passar despercebidos e merecem a devida atenção. Apenas a título de exemplo, vejam-se os valores do Teatro Virgínia, com um prejuízo de 112.834 € e o Estádio Municipal com um prejuízo de 171.992 €. Aliás, neste último caso, é importante salientar que o défice passou de 80.212 € em 2003 para 146.052 em 2004 e para 171.992 em 2005, o que significa um aumento de mais de 100% de 2003 para 2005 e de 16% de 2004 para 2005.

Estes valores são preocupantes e merecem ser analisados com a devida atenção.

6. Conclusão

Deve dizer-se, em abono da verdade, que já ando há muitos anos a alertar a Câmara para estas situações, sem que até agora os erros tenham sido corrigidos ou sequer reconhecidos. Mas pelo menos desta vez o documento reconhece o erro de gestão estratégica orçamental no que respeita à receita e despesa de capital.

A gestão municipal relativa a 2005 padece de erros fundamentais, desvios flagrantes e muito substanciais entre o previsto e o realizado, com índices de realização dos objectivos previstos absolutamente inaceitáveis, provocando uma gestão irrealista, sem rigor despesista, descurando o investimento em sectores fundamentais de desenvolvimento do concelho e com estratégias de gestão erradas.

Deste modo voto contra a Prestação de Contas de 2005”-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos
Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo
Presidente.-----